

Como ser anticapitalista no século XXI?

Erik Olin Wright

TRADUÇÃO

Fernando Cauduro Pureza



© desta edição, Boitempo, 2019
© Erik Olin Wright, 2019

Traduzido do original em inglês *How to Be an Anticapitalist in the
Twenty-First Century* (Londres/Nova York, Verso, 2019)

Direção editorial Ivana Jinkings
Edição e preparação Tiago Ferro
Tradução Fernando Cauduro Pureza
Revisão técnica João Alexandre Peschanski
Coordenação de produção Livia Campos
Assistência Thais Rimkus
Revisão Livia Lima
Capa Maikon Nery
Diagramação Mika Matsuzake

Equipe de apoio Artur Renzo, Carolina Mercês, Clarissa Bongiovanni,
Débora Rodrigues, Dharla Soares, Elaine Ramos, Frederico Indiani, Heleni
Andrade, Higor Alves, Isabella Marcatti, Ivam Oliveira, Joanes Sales, Kim Doria,
Luciana Capelli, Marina Valeriano, Marlene Baptista, Maurício Barbosa,
Pedro Davoglio, Raí Alves, Talita Lima, Tulio Candiottio

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

W933c

Wright, Erik Olin, 1947-2019
Como ser anticapitalista no século XXI? / Erik Olin Wright ;
tradução Fernando Cauduro Pureza. - 1. ed. - São Paulo : Boitempo,
2019.

Tradução de: How to be an anticapitalist in twenty-first century
ISBN 978-85-7559-730-9

1. Capitalismo - História - Séc. XXI. 2. Globalização - Aspectos
sociais. 3. Globalização - Aspectos econômicos. 4. Movimento
anti-globalização. I. Pureza, Fernando Cauduro. II. Título.

19-59993

CDD: 330.122

CDU: 330.142.23

Meri Gleice Rodrigues de Souza - Bibliotecária CRB-7/6439

É vedada a reprodução de qualquer
parte deste livro sem a expressa autorização da editora.

1ª edição: outubro de 2019; 1ª reimpressão: março de 2021

BOITEMPO
Jinkings Editores Associados Ltda.
Rua Pereira Leite, 373
05442-000 São Paulo SP
Tel.: (11) 3875-7250 / 3875-7285
editor@boitempoeditorial.com.br | www.boitempoeditorial.com.br
www.blogdaboitempo.com.br | www.facebook.com/boitempo
www.twitter.com/editoraboitempo | www.youtube.com/tvboitempo

Sumário

Prefácio à edição brasileira – João Alexandre Peschanski	11
Prefácio	17
1. Por que ser anticapitalista?	23
O que é o capitalismo?	26
Motivos para se opor ao capitalismo	27
As fundações normativas	31
Igualdade/justiça.	32
Democracia/liberdade	38
Comunidade/solidariedade	41
2. Diagnóstico e crítica ao capitalismo	45
Igualdade/justiça	46
Classe e exploração	47
Competição e risco	48
Crescimento econômico desestabilizador	48
Democracia/liberdade	50
Comunidade/solidariedade	54
Ceticismo	58

3. Variedades de anticapitalismo.....	61
Lógicas estratégicas	62
Destruindo o capitalismo.....	63
Desmantelando o capitalismo.....	66
Domesticando o capitalismo.....	68
Resistindo ao capitalismo	74
Fugindo do capitalismo	76
Configurações estratégicas.....	79
Erodindo o capitalismo.....	85
4. Um destino para além do capitalismo: o socialismo como democracia econômica.....	93
Um conceito de socialismo com foco no poder	96
Construindo os alicerces para uma economia socialista	
democrática	100
Renda Básica de Cidadania	102
A economia de mercado cooperativa	104
A economia social e solidária.....	109
Democratizando empresas capitalistas	111
O sistema bancário como utilidade pública.....	113
A organização econômica não mercadológica.....	115
Provisão de bens e serviços estatais.....	115
Produção colaborativa <i>peer-to-peer</i>	119
O <i>commons</i> do conhecimento: conhecimento comum para todo mundo	121
De volta ao problema da estratégia.....	123
5. O anticapitalismo e o Estado.....	127
O problema do Estado capitalista	128
As contradições internas do Estado	131
Funcionalidades contraditórias e em disputa.....	132
Perspectivas	138
Democratizando o Estado	145

Descentralização democrática do poder	147
Novas formas de participação cidadã.	148
Novas instituições para a representação democrática	149
Democratizando as regras eleitorais	150
6. Agentes da transformação	153
Atores coletivos para erodir o capitalismo.	154
O problema da agência coletiva.	156
O conceito de “agência”	157
Identidades	159
Interesses	164
Valores	166
De identidades, interesses e valores aos atores coletivos . . .	168
Superando as vidas particulares	169
As estruturas fragmentadas de classe	171
A competição das identidades.	173
A política real.	176
Posfácio – Michael Burawoy.	183

Por que ser anticapitalista?

Para muita gente, a noção de anticapitalismo parece ridícula. Afinal, olhem para as fantásticas inovações tecnológicas em bens e serviços produzidos pelas empresas capitalistas nos últimos anos: smartphones; filmes em *streaming*; carros privados sem motoristas; redes sociais; a cura para uma série de doenças; telões gigantes em alta definição para passar jogos de futebol e videogames conectando milhares de jogadores ao redor do mundo; cada produto concebível está agora disponível na internet e será rapidamente entregue em sua casa; aumentos impressionantes na produtividade do trabalho por meio de tecnologias de automação; e a lista segue. E ainda que se afirme que a renda é desigualmente distribuída nas economias capitalistas, é também verdade que a variedade de bens de consumo disponíveis para a maioria das pessoas, inclusive para os mais pobres, aumentou enormemente em praticamente todo o mundo. A título de comparação, vejam os Estados Unidos durante meio século, entre 1968 e 2018: o percentual de norte-americanos com ar condicionado, carros, máquinas de lavar, lava-louças, televisões e encanamento residencial aumentou significativamente nesses últimos cinquenta

anos. A expectativa de vida é cada vez mais longa para a maioria das pessoas, e a mortalidade infantil vem caindo. É uma lista sem fim de mudanças. E agora, neste século XXI, estamos observando a melhoria do padrão de vida até mesmo em algumas das regiões mais pobres do mundo: vejam as melhorias no padrão de vida material de chineses desde que a China aderiu ao livre comércio. E mais: vejam o que aconteceu com a Rússia e com a China quando elas tentaram se opor ao capitalismo! E mesmo que ignoremos a opressão política e a brutalidade desses regimes, eles também foram fracassos econômicos. Sendo assim, se você deseja melhorar a vida das pessoas, como é que você vai ser anticapitalista?

Bem, essa é uma história, a história oficial, por assim dizer.

Mas aqui vai outra: a marca registrada do capitalismo é a miséria que ele gera em meio à abundância. Essa não é a única coisa errada no capitalismo, mas é uma característica comum das economias capitalistas e que inclusive é o seu maior fracasso. Em particular, a miséria que atinge as crianças, que claramente não têm qualquer responsabilidade por seu sofrimento, é algo moralmente repreensível em sociedades ricas nas quais essas formas de pobreza poderiam facilmente ser eliminadas. Sim, nós temos crescimento econômico, inovação tecnológica, aumento na produtividade e uma difusão verticalizada de bens de consumo, mas somado a tudo isso, junto do crescimento econômico capitalista, vem a espoliação de muitos cuja forma de vida foi destruída pelo avanço do capitalismo, com a precarização dos que estão nas partes mais baixas do mercado de trabalho capitalista, promovendo trabalhos alienantes e tediosos para a maioria. O capitalismo, de fato, gerou aumentos reais na produtividade e uma riqueza extravagante para alguns, mas a maioria ainda tem que lutar pela sua subsistência. Ele é uma máquina de aperfeiçoamento das desigualdades,

bem como uma máquina de crescimento econômico. E mais; está ficando cada vez mais claro que o capitalismo, movido pela busca incessante por lucro, está destruindo o meio ambiente. E, ainda assim, a questão central não é se as condições materiais não melhoraram no longo prazo nas economias capitalistas, mas se para a maioria não seria melhor uma forma de economia alternativa. É verdade que as economias estatistas, centralizadas e autoritárias, formuladas pela Rússia e pela China podem ser consideradas, em certa medida, fracassos. Mas essas não são as únicas possibilidades.

Essas duas histórias estão amparadas na realidade do capitalismo. Não é uma ilusão dizer que o capitalismo transformou as condições materiais de vida no mundo todo e aumentou enormemente a produtividade humana; muitos se beneficiaram disso. Mas da mesma forma, não é uma ilusão dizer que o capitalismo gera grandes prejuízos às pessoas e que perpetua formas de sofrimento humano passíveis de serem eliminadas. Onde o verdadeiro desacordo entre essas duas histórias aparece – e um desacordo fundamental – é sobre se é possível ter a produtividade, a inovação e o dinamismo que vemos no capitalismo sem ter os seus males. Margaret Thatcher anunciou, no início dos anos 1980, que “não havia alternativa”; duas décadas depois, o Fórum Social Mundial declarava, “um outro mundo é possível”. E esse é o debate fundamental.

O argumento central neste livro é o seguinte: primeiro, um outro mundo é, de fato, possível. Segundo, que ele pode melhorar as condições para o desenvolvimento humano da maioria das pessoas. Terceiro, que os elementos desse novo mundo já estão sendo criados no nosso mundo atual. E, finalmente, que há formas de caminharmos até esse novo mundo. O anticapitalismo é possível não apenas como postura moral perante os males e as injustiças do mundo em que vivemos, mas como uma postura

prática em direção à construção de uma alternativa em prol do desenvolvimento da humanidade.

Este capítulo irá construir esse argumento e inicialmente explicará o que quero dizer quando falo em “capitalismo” e, a partir disso, explorar as bases capitalistas para a sua avaliação enquanto um sistema econômico.

O que é o capitalismo?

Como muitos conceitos utilizados na nossa vida cotidiana e no trabalho acadêmico, há muitas formas diferentes de se definir “capitalismo”. Para muita gente, o capitalismo é o equivalente à economia de mercado – uma economia na qual as pessoas produzem coisas para serem vendidas para outras pessoas por meio de acordos voluntários. Alguns chegam a acrescentar o termo “livre” antes da palavra “mercado”, enfatizando que o capitalismo é uma economia na qual as transações do mercado são pouco reguladas pelo Estado. E tem também quem enfatize que o capitalismo não pode ser caracterizado somente pelos mercados, mas também pela propriedade privada do capital. Sociólogos, em especial os influenciados pela tradição marxista, costumam acrescentar a ideia de que o capitalismo se caracteriza por uma forma particular de estrutura de classes, na qual quem trabalha nessa economia – a classe trabalhadora – não possui os meios de produção. Isso leva ao menos a duas classes básicas nessa economia: a dos capitalistas, que têm a propriedade dos meios de produção; e a dos trabalhadores, que fornecem mão de obra aos seus empregadores.

Ao longo deste livro, pretendo usar o termo “capitalismo” para designar tanto a ideia de capitalismo como economia de mercado quanto a ideia de que ele é organizado por meio de uma estrutura de classes específica. Uma forma de pensar essa combinação é que a dimensão

do mercado identifica o mecanismo básico da coordenação de atividades de um sistema econômico – no caso, a coordenação por meio de trocas voluntárias descentralizadas, com oferta e procura e preços operando – enquanto a estrutura de classes identifica as relações centrais de poder dentro desse sistema econômico – entre detentores da propriedade do capital e trabalhadores. Para dar um exemplo, é possível ter mercados nos quais os meios de produção são de propriedade do Estado: as empresas são propriedade estatal e é o Estado que aloca os recursos necessários para essas firmas, tanto como investimento direto quanto como empréstimo via bancos estatais. Esse sistema pode ser chamado de *economia de mercado estatista* (ou, como outros preferem chamar, de “capitalismo de Estado”). Ou as próprias empresas, na economia de mercado, podem ser cooperativas, cuja propriedade e controle estão nas mãos de funcionários ou consumidores. Uma economia de mercado organizada dessa forma pode ser chamada de *economia de mercado cooperativada*. Em contraste a essas formas de economia de mercado, a característica principal da economia de mercado capitalista, contudo, é a forma pela qual a propriedade privada do capital se vê empoderada tanto dentro das empresas como no sistema econômico como um todo.

Motivos para se opor ao capitalismo

O capitalismo gera anticapitalistas. Em algumas épocas e em alguns lugares, a resistência ao capitalismo se cristaliza em ideologias coerentes, com diagnósticos sistemáticos sobre a fonte dos males e a clara percepção do que se deve fazer para eliminá-la. Em outras circunstâncias, o anticapitalismo está simplesmente repleto de motivações que, superficialmente, parecem dizer pouco sobre o

capitalismo, por exemplo, quando falamos de crenças religiosas que levaram as pessoas a rejeitar a modernidade e buscar refúgio em comunidades isoladas. Por vezes, o anticapitalismo toma a forma de trabalhadores no chão de fábrica, individualmente resistindo às demandas dos seus patrões. Em outros momentos, é corporificado em organizações de trabalhadores, engajadas em lutas coletivas sobre suas próprias condições de trabalho. Onde quer que o capitalismo exista, ele sempre virá acompanhado de descontentamento e resistência, assumindo as mais diferentes formas.

Diante dessa variedade de luta dentro e sobre o capitalismo, duas formas mais gerais de motivações entram em cena: os *interesses de classe* e os *valores morais*. Você pode se opor ao capitalismo porque ele prejudica seus interesses materiais, mas também porque ele viola certos valores morais que são caros a você.

Há um cartaz do fim dos anos 1970 que mostra uma trabalhadora inclinando-se sobre um muro. A legenda diz: “A consciência de classe é saber de que lado da barreira você está. A análise de classe é descobrir quem está lá com você”. A metáfora do muro denota conflito dentro do capitalismo, já que ele seria baseado em interesses de classe distintos. Estar do lado oposto da barreira define amigos e inimigos nos termos desses interesses opostos. Algumas pessoas podem se sentar sobre a barreira, mas em última instância terão que tomar uma decisão: “Ou você está conosco, ou está contra nós”. Em certas situações históricas, os interesses que definem os lados da barreira são bastante fáceis de decifrar. É óbvio para praticamente todo mundo que nos Estados Unidos, antes da Guerra Civil, os escravos eram prejudicados pela escravidão e que, portanto, eles tinham interesse de classe na abolição, enquanto, por outro lado, os senhores de escravos tinham interesse na sua perpetuação. Pode ser que tenhamos alguns senhores

com sentimentos ambivalentes quanto a ter escravos como propriedade – esse é o caso de Thomas Jefferson, por exemplo –, mas essa ambivalência não se dava por conta dos seus interesses de classe; ela ocorria porque havia uma tensão entre esses interesses e certos valores morais que esses senhores tinham.

No capitalismo contemporâneo, as coisas são um pouco mais complicadas e não é tão óbvia a forma como devemos compreender os diferentes interesses de classe. É claro, há algumas categorias de indivíduos para quem os interesses materiais a respeito do capitalismo são bastante óbvios: os grandes detentores da riqueza, os executivos de grandes corporações multinacionais, por exemplo, claramente têm interesse em defender o capitalismo; já os trabalhadores das *sweatshops*, fábricas que exploram ao limite operários pouco qualificados e precarizados, assim como trabalhadores desempregados, têm interesses claros em se opor ao capitalismo. Mas para muita gente que vive em economias capitalistas, as coisas não são tão evidentes. Profissionais que possuem ensino superior, gerentes e muitos trabalhadores autônomos, por exemplo, ocupam o que chamo aqui de *situações contraditórias dentro das relações de classe* e geralmente possuem interesses complexos e inconsistentes no que diz respeito ao capitalismo.

Se o mundo é constituído por apenas duas classes em lados opostos da barreira, então talvez seja suficiente afirmarmos o antipcapitalismo exclusivamente em termos de interesses de classe. Essa era basicamente a forma pela qual o marxismo clássico via o problema: mesmo que houvesse complexidades na estrutura de classes, a dinâmica de longa duração do capitalismo encaminhava-se para uma tendência de clivagem e para o alinhamento dos interesses contra e a favor do capitalismo. Nessa lógica, a consciência de classe consistia basicamente em entender como o mundo funcionava e, dessa forma, como

ele estava a serviço dos interesses materiais de algumas classes em detrimento de outras. Tão logo os trabalhadores entendessem isso, eles iriam se opor ao capitalismo. É por causa disso que muitos marxistas argumentaram que não era necessário desenvolver uma crítica sistemática ao capitalismo em termos de justiça social e déficits morais. É mais do que suficiente mostrar às massas que o capitalismo prejudica seus interesses; não é necessário mostrar sua injustiça. Trabalhadores não necessitam ser convencidos de que o capitalismo é injusto ou que ele viola princípios morais; tudo que se precisa é de um diagnóstico forte o suficiente que mostre o capitalismo como raiz de todos os males – ou seja, que ele gera males contra esses trabalhadores – e que algo pode ser feito contra ele.

Esse argumento, baseado exclusivamente nos interesses de classe, não serve mais para o capitalismo do século XXI. E provavelmente nunca serviu. Mas há três problemas centrais a serem discutidos aqui.

O primeiro deles é que, considerando a complexidade dos interesses de classe, sempre vai haver muita gente cujos interesses não caem de um lado ou de outro da barreira automaticamente. O apoio dessas pessoas a iniciativas anticapitalistas irá depender, em parte, de que tipo de valores estarão em jogo. E já que o apoio dessas pessoas é importante para qualquer estratégia plausível para a superação do capitalismo, é fundamental construir uma coalizão parcialmente amparada em valores e não apenas em interesses de classe.

O segundo problema é que a maioria das pessoas é motivada, nem que seja parcialmente, por questões morais – e não apenas interesses econômicos práticos. Mesmo para aqueles cujos interesses de classe parecem ser claros, as motivações amparadas em questões morais podem ter muito significado. Eles agem contra seus interesses de classe não apenas porque não os entendem, mas porque outros valores podem ser mais importantes

para eles. Um dos casos mais famosos na história é o de Friedrich Engels, o colaborador mais próximo de Marx, que era filho de um grande e rico empresário capitalista e, ainda assim, dedicou sua vida em apoiar movimentos políticos contra o capitalismo. Abolicionistas do norte dos Estados Unidos, por sua vez, eram contra a escravidão não apenas por seus interesses de classe, mas porque acreditavam que a escravidão era um erro. Mesmo diante de casos nos quais o antipcapitalismo está de acordo com seus interesses de classe, encontramos pessoas que têm como motivações valores que elas consideram importantes para sustentar seu comprometimento para com as lutas por mudanças sociais.

E, finalmente, o último problema é que clareza a respeito de valores é algo essencial para pensarmos o grau de desejo das pessoas por alternativas ao capitalismo. Precisamos de uma maneira de acessar não apenas aquilo que está errado com o capitalismo, mas aquilo que as pessoas desejam para sua alternativa. E, se por um acaso conseguirmos construir uma alternativa de fato, precisamos de um critério sólido para avaliar o quanto esse projeto está conseguindo realizar esses valores.

Dessa forma, enquanto é evidente que é vital identificar formas específicas nas quais o capitalismo prejudica nossos interesses de classe, é também fundamental esclarecer quais valores nós gostaríamos que uma economia amparasse. O restante deste capítulo irá explorar alguns valores que constituem a fundação moral do antipcapitalismo e a nossa busca por alternativas melhores.

As fundações normativas

Três diferentes agrupamentos referentes a valores são centrais para a crítica moral ao capitalismo: igualdade/justiça, democracia/liberdade e comunidade/solidariedade.

Eles possuem uma longa tradição dentro das lutas sociais, que remonta até os antigos ideais de *liberdade*, *igualdade* e *fraternidade*, proclamados durante a Revolução Francesa. Todos esses valores possuem sentidos que foram constantemente debatidos. Poucas pessoas dizem serem contra a democracia ou a liberdade, ou algum tipo de noção de equidade, mas ainda discordam de forma contundente sobre o verdadeiro conteúdo embutido nessas palavras. Esses argumentos acabam dando bastante trabalho para filósofos políticos. E eu não pretendo aqui organizar esses debates. O que farei, no entanto, é oferecer um panorama acerca desses valores que nos ajudam a esclarecer a crítica ao capitalismo.

Igualdade/justiça

A ideia de igualdade é central para todas as noções de justiça social. Mesmo noções libertárias de justiça que enfatizam os direitos à propriedade defendem a igualdade de direitos perante a lei. A Declaração de Independência dos Estados Unidos proclama: “Consideramos essas verdades como autoevidentes, que todos os homens são criados iguais, dotados pelo Criador de certos direitos inalienáveis e que, dentre eles estão o direito à vida, à liberdade e à busca por felicidade”. A ideia de igualdade de oportunidades é amplamente aceita pela maioria dos norte-americanos; logo, muitas pessoas reconhecem que há algo de injusto quando uma criança nasce na pobreza, tendo menos oportunidades na vida do que uma criança nascida na riqueza, ainda que essas pessoas também sintam que não podem fazer nada a respeito.

No fim das contas, a maioria das pessoas tem algum ideal de igualdade nas sociedades capitalistas contemporâneas. Mas o motivo pelo qual elas discordam mais radicalmente entre si, é, contudo, sobre a substância desse ideal igualitário. Tal desacordo acabou animando uma discussão bastante vívida dentre filósofos políticos nas

últimas décadas do século XX; ela foi nomeada como o debate da “igualdade de quê?” (*Equality of What?*). Seria o ideal igualitário uma *igualdade de oportunidades*? Em caso positivo, oportunidades para quê? Ou seria então esse ideal uma *igualdade de recursos*? Igualdade de capacidades? Igualdade de bem-estar ou bem viver? Bem, proponho aqui que vejamos a igualdade como um valor:

Em uma sociedade justa, todas as pessoas teriam amplo e igual acesso aos meios materiais e sociais necessários para viver uma vida plena.

Há muita coisa nessa simples afirmação. Vamos fragmentá-la então.

Primeiro, o princípio igualitário está presente na ideia de “amplo e igual acesso” a algo, o que é um pouco diferente da ideia de *oportunidade*. Pois oportunidades iguais podem ser satisfeitas, por exemplo, por um sistema de loterias, mas essa não seria a melhor forma de dar às pessoas acesso a uma vida plena. Oportunidades iguais também sugerem que o problema central está naquilo que alguns chamaram de “igualdade de ponto de partida”: ou seja, a igualdade de oportunidades vale somente para o início e, caso você não aproveite as oportunidades, azar o seu. A culpa é sua, logo o sistema segue funcionando e você não pode reclamar. A ideia de “igual acesso” adota, por sua vez, uma visão mais generosa e compassiva a respeito da condição humana. Ela também é mais realista, tanto sociologicamente quanto psicologicamente. As pessoas cometem erros; adolescentes veem só o próprio umbigo e tomam decisões idiotas; eventos imprevistos e sorte acabam tendo um enorme papel na vida de todo mundo, para o bem e para o mal. Uma pessoa que trabalha duro, superando grandes obstáculos, conseguindo grandes coisas em sua vida, ainda deve muito de seu sucesso a imprevistos e sorte. É virtualmente impossível fazer uma distinção clara entre aquilo que somos ou não responsáveis. A ideia de que as pessoas, em uma

sociedade justa, devem ter o máximo possível de igual acesso ao longo de suas vidas, reconhece essas questões sociológicas e psicológicas. A igualdade de oportunidade é ainda uma ideia válida, claro, mas igual acesso é uma forma muito mais apropriada, sociologicamente, de entender o ideal igualitário.

Agora vamos dar uma olhada na ideia de “plena”. Há muitas formas pelas quais filósofos e pessoas comuns pensam o que significa dizer que a vida de uma pessoa vai bem. A felicidade é um indicador. No geral, a maioria diz que a vida de alguém é melhor quando ela está feliz do que quando está infeliz, assim como as instituições que facilitam a felicidade das pessoas são melhores do que as que a impedem. A busca por felicidade, cristalizada na Declaração de Independência dos Estados Unidos, atesta essa importância. Uma vida repleta de sentido ou de realizações é outra formulação possível. Alguns filósofos também falam em termos de bem-estar ou bem viver. Todas essas ideias estão conectadas. Afinal, é difícil imaginar alguém sendo verdadeiramente feliz se sente que sua vida não tem sentido.

Eu uso a ideia de *plenitude* humana para tentar dar conta de um sentimento coletivo de que a vida vai bem. Uma vida plena é aquela na qual as capacidades e os talentos individuais se desenvolveram de tal forma que lhes é permitido buscar seus desejos, de modo que, num sentido mais amplo, conseguiram realizar tanto seu potencial quanto seus propósitos. É fácil perceber o que isso significa quando pensamos em termos de saúde e condições físicas: uma vida plena não é só a ausência de doença, mas também a incorporação da ideia de vitalidade física que permite um cotidiano cheio de energia. De forma semelhante, para outros aspectos da vida, essa plenitude implica uma robusta e positiva realização de capacidades e não apenas a ausência de déficits mais graves.

Suspeito que, em termos práticos, não importa muito se focamos em felicidade, bem viver, sentido, realização ou plenitude para lidar com a ideia de uma sociedade justa. Esses termos estão profundamente entrecruzados e, ao melhorar as formas de acesso para atingir qualquer um deles, é praticamente certo que isso irá gerar efeitos positivos nos demais.

O valor da igualdade não é dizer que em uma sociedade justa todas as pessoas vivem vidas igualmente plenas. Na verdade, trata-se de dizer que todos têm de possuir igual *acesso aos meios sociais e materiais necessários* para ter uma vida plena. Em uma sociedade justa, ninguém que deixe de atingir essa plenitude poderá reclamar de instituições ou estruturas sociais obstruindo o seu acesso aos meios sociais e materiais necessários.

Os *meios materiais* para viver uma vida plena irão variar enormemente conforme a época e o lugar, é claro, mas em seu sentido mais amplo, isso inclui uma alimentação adequada, moradia, roupas, mobilidade, lazer, cuidados, saúde, educação, entre tantas outras coisas. Em uma economia de mercado, por sua vez, isso implica que as pessoas tenham uma renda adequada para obter isso tudo. Porém, isso não implica que todos tenham níveis de renda idênticos. As pessoas podem ter diferentes necessidades por uma série de razões, e, portanto, o igual acesso aos meios materiais necessários para uma vida plena implica acesso a diferentes níveis de renda. É por isso que o princípio distributivo do socialismo clássico era “a cada um de acordo com suas necessidades” e não “as mesmas coisas para todo mundo”.

Por sua vez, os *meios sociais* para obter uma vida plena são mais complexos que os materiais e qualquer lista de meios sociais certamente será controversa. Mas eu incluiria no mínimo estes itens: atividades que tragam realização e sentido para as pessoas, de preferência conectadas ao que denominamos comumente de “trabalho”;

intimidade e vínculo social; autonomia, no sentido de controle significativo sobre a própria vida; respeito social, ou o que alguns filósofos chamam de reconhecimento social. O estigma social ligado à raça, gênero, sexualidade, aparência, religião, linguagem, etnicidade e outros atributos mais salientes impedem a plenitude humana, mesmo quando não necessariamente obstruem o acesso aos meios materiais. Em uma sociedade justa, todos devem ter igual acesso a essas condições sociais para ter uma vida plena.

O princípio igualitário de justiça é bastante forte. Ele estabelece que em uma sociedade justa “*todo mundo*” deve ter igual acesso, não apenas algumas pessoas. As desigualdades no que dizem respeito ao acesso a uma vida plena, quando ancoradas em raça, gênero, classe, capacidades físicas, religião e etnicidade, constituem formas de injustiça. Mas o que dizer sobre nacionalidade ou cidadania? Será que a palavra “sociedade” significa “Estado-nação”, ou um sistema social de pessoas cooperando e interagindo? Em uma economia globalizada, a ideia de haver “uma” sociedade parece ser bastante ambígua. Será que o mundo, em sua totalidade, constitui essa ideia de “sociedade”? Essa não é uma questão muito fácil de se responder, mas as formas mais poderosas de igualdade e justiça iriam se estender a todas as pessoas, independentemente de onde elas nasceram ou de onde vivem: é injusto que alguns, por obra do acaso de terem nascido no lado errado de uma fronteira, acabem tendo muito menos acesso às condições de ter uma vida plena. Isso nos leva a dizer que em termos dos valores de igualdade/justiça, às pessoas deve ser permitido que se mudem para onde quiserem, pois os princípios de justiça devem ser aplicados universalmente. Todavia, isso não resolve a questão mais prática sobre o que pode ser feito (se é que pode ser feito) no tocante à injustiça da segregação baseada na nacionalidade. Na prática, pode parecer

impossível retificar a injustiça criada pelas fronteiras nacionais (em especial no que diz respeito à cidadania), seja porque os obstáculos políticos são enormes ou porque, entre os efeitos colaterais negativos, a eliminação das fronteiras pode acarretar o enfraquecimento de outros valores importantes. Mas o fato de que nós não poderemos resolver esse problema não significa, por sua vez, que em termos de igualdade e justiça, a imposição de barreiras à cidadania e ao igual acesso a uma vida plena seja justa.

Uma questão final interligada aos valores de igualdade e justiça está também no que diz respeito ao nosso relacionamento com o meio ambiente. Há dois problemas conectados aqui. O primeiro trata do que é chamado de “justiça ambiental” – as formas pelas quais os prejuízos ao meio ambiente são distribuídos dentro de uma sociedade. Valores como igualdade/justiça concebem que é injusto que os malefícios à saúde causados por resíduos tóxicos, poluição e outras agressões ambientais estejam desproporcionalmente concentrados nas comunidades mais pobres e em grupos minoritários. E é igualmente injusto que os efeitos mais adversos do aquecimento global se concentrem em países pobres, sendo que essa injustiça ainda é intensificada pelo fato de que as emissões de carbono que nos levaram ao quadro atual de aquecimento global foram, em sua maioria, geradas por atividades econômicas de países ricos. A justiça ambiental, dessa forma, é um acréscimo importante para discutirmos um igual acesso às condições materiais necessárias para uma vida plena.

Uma segunda questão diz respeito às nossas ações no presente em relação ao futuro das condições do meio ambiente. Será que devemos algum tipo de consideração especial às gerações futuras em termos do acesso delas às condições ambientais necessárias para uma vida plena? Ou será que a ideia de justiça se refere estritamente à

distribuição do acesso entre os que estão vivos hoje? Esse é um assunto bastante saliente no que diz respeito ao aquecimento global, em que a maioria das consequências negativas mais sérias irão afetar as gerações futuras. Esse problema de orientação “futurista”, ligado à destruição ambiental, pode ser pensado a partir da ideia de *justiça intergeracional*:

As gerações futuras devem ter, no mínimo, o mesmo acesso aos meios materiais e sociais necessários para obterem vidas plenas que a geração atual possui.

Esse é um problema moralmente relevante sobre a questão da sustentabilidade ambiental: a principal razão para lidarmos com a deterioração de longa duração do meio ambiente é que ela acaba prejudicando as condições de uma vida plena no futuro. Logo, essa deterioração se revela injusta com as gerações futuras.

Democracia/liberdade

Pretendo aqui relacionar democracia e liberdade enquanto valores. Geralmente as pessoas pensam ambos como distintos, ou no mínimo dispostos em algum tipo de tensão: a liberdade é a habilidade de fazer o que você quer sem interferência; democracia é sobre o processo de impor regras e comprometimentos a todos. Isso é mais acentuado se a democracia é identificada estritamente como governo da maioria e, dessa forma, a maioria certamente poderá impor regras que suprimam a liberdade da minoria.

Mas se é assim, por que eu trato democracia e liberdade como termos conectados? Bem, faço isso porque as duas ideias refletem um valor central e estrutural, um valor que podemos chamar de *valor da autodeterminação*:

Em uma sociedade totalmente democrática, todos teriam amplo e igual acesso aos meios necessários de participar na tomada de decisões substantivas sobre aquilo que afeta suas vidas.

Se as decisões em questão me afetam, então isso significa que eu deveria poder fazê-las sem que alguém interfira nelas. Isso é o que chamamos de liberdade: poder fazer coisas sem pedir permissão aos outros, ou sem qualquer tipo de interferência alheia. Mas se as decisões em questão afetam outras pessoas, então elas deveriam tomar parte da decisão tanto quanto eu, ou ao menos estarem de acordo que eu posso decidir sem a sua participação. Em especial, as decisões que impõem e exigem regras a serem seguidas por todos. Essas costumam ser aquelas que os Estados tomam e deveriam ser feitas por todas as pessoas afetadas pelas regras, de tal forma que haveria uma participação significativa delas na própria construção dessas regras. Geralmente é isso que queremos dizer quando falamos de democracia: o controle feito “pelas pessoas” sobre o uso do poder estatal. Mas uma *sociedade* democrática (em vez de um Estado democrático) implica muito mais que isso; exige que as pessoas possam participar, de forma significativa, em toda e qualquer decisão que afete suas vidas, sejam elas tomadas pelo Estado, sejam elas tomadas por outras instituições. A democracia em um ambiente de trabalho, em uma universidade e em uma família é parte tão importante de uma sociedade democrática quanto o Estado.

Nessa formulação, a ideia fundamental de autodeterminação é que as pessoas deveriam poder determinar as condições para terem o máximo possível de controle sobre suas vidas. A diferença entre liberdade e democracia, nesse caso, diz respeito somente ao contexto de ações que afeta a vida de uma pessoa, mas não diz nada sobre os valores em si. Explicando de outra forma, o contexto da liberdade se refere às decisões e ações que afetam apenas a pessoa que toma as decisões; o contexto da democracia diz respeito às decisões e ações que afetam também os outros.

Dito isso, na prática, quase toda decisão e ação que uma pessoa pode tomar acaba afetando os outros. Portanto, é impossível para qualquer um participar de todas as decisões que lhe afeta. E seria uma tarefa colossal para uma sociedade tentar ser guiada por uma noção de participação democrática tão compreensiva assim, capaz de lidar com tantas decisões. O que precisamos, portanto, é de um conjunto de regras que defina a fronteira socialmente aceita entre o contexto da liberdade e o da democracia. Um conceito para falar dessa fronteira é a separação entre esfera *privada* e *pública*. Na esfera privada, indivíduos são livres para fazer o que quiserem sem se preocupar com a participação democrática de quem é afetado pelas suas decisões; na esfera pública, direta ou indiretamente, todos os que são afetados por essas decisões são convidados a participar.

Não tem nada de natural ou espontâneo a respeito dessa separação entre privado e público; ela deve ser criada por meio de algum tipo de processo social. Isso é obviamente uma tarefa bastante complexa e geralmente está em constante disputa. As longas lutas políticas sobre sexualidade, aborto e contracepção dizem respeito à fronteira entre um domínio estritamente privado do sexo e do corpo, no qual os indivíduos podem livremente tomar decisões, e um domínio público, no qual as pessoas, em uma sociedade, estão legitimadas para interferir, especialmente por meio das regulações do Estado. Algumas dessas fronteiras são vigorosamente demarcadas pelo próprio Estado. Outras são geralmente reforçadas por normas sociais. Frequentemente os limites entre público e privado encontram-se nebulosos. Em uma sociedade profundamente democrática, essa fronteira precisa estar sujeita à deliberação e decisão democrática.

Democracia e liberdade são valores por si sós, mas são também instrumentais para a realização de outros valores. A autodeterminação, especificamente, é

ela própria muito importante para a realização de uma vida plena. Assim como falamos na questão da justiça, o ideal democrático repousa no princípio igualitário de acesso aos meios necessários para uma vida plena – e, nesse caso, participar da tomada de decisões que sejam significativas; em resumo, um igual acesso ao exercício do poder, o que não implica que todas as pessoas participem igualmente nas decisões coletivas, mas que ao menos não haja impedimentos sociais de caráter desigual à sua participação.

Comunidade/solidariedade

O terceiro conjunto de valores mais sólidos ligados ao anticapitalismo é a noção de comunidade e a ideia que mais se aproxima dela, a de solidariedade:

Comunidade/solidariedade expressa o princípio pelo qual as pessoas devem cooperar umas com as outras não apenas por aquilo que recebem individualmente, mas por comprometimento real com o bem-estar dos outros e por um senso de obrigação moral de que isso é o certo a ser feito.

Quando tal cooperação ocorre no cotidiano, em atividades mundanas nas quais as pessoas se ajudam umas às outras, usamos a palavra “comunidade”; quando a cooperação ocorre no contexto de uma ação coletiva para atingir um objetivo comum, usamos o termo “solidariedade”. Solidariedade tipicamente sugere também uma ideia de poder coletivo – “unidos venceremos, divididos cairemos” – mas a unidade que se defende ainda está amparada no mesmo princípio que sustenta a noção de comunidade; que a cooperação não deve ser motivada exclusivamente por preocupações instrumentalistas com nossos interesses egoístas, mas sim por meio de uma combinação entre obrigações morais e preocupação com os outros.

O valor da ideia de comunidade se aplica a qualquer unidade social em que as pessoas interagem e cooperam

reciprocamente. Um exemplo disso é a família, uma forma particular específica de comunidade. Em uma família saudável, as pessoas esperam uma cooperação amparada tanto no amor quanto nas preocupações morais. Considerem, por exemplo, uma família na qual os pais fazem “investimentos” nos filhos não porque eles querem o bem-estar das crianças, mas somente por esperarem um retorno financeiro adequado aos seus investimentos. Para muita gente, tal atitude viola importantes valores sobre o que é a família. E percepções morais de cunho religioso geralmente dão suporte a esses valores de comunidade e solidariedade. “Ame o próximo como a ti mesmo” e “faça aos outros o que você gostaria que fizessem a você”. O emocionante canto do movimento operário “uma ofensa contra um é uma ofensa contra todos” expressa esses mesmos valores. Vizinhanças, cidades, nações, organizações, clubes e outras formas predeterminadas de interação social e cooperação são lugares potencialmente férteis para o valor de comunidade prosperar.

O destaque a esse valor, é claro, irá variar imensamente conforme a época e o lugar. Como geralmente tem sido notado, quando ocorrem desastres naturais, as pessoas nas áreas afetadas normalmente se ajudam de forma bastante altruísta. O que chamamos de “patriotismo” em tempos de guerra também pode estar carregado de amor pelo país e um senso de dever, ambos conectados aos valores de comunidade e solidariedade. Em tempos de paz, contudo, para a maioria, os valores de comunidade podem ser também bastante frágeis no que dizem respeito a estrangeiros em lugares distantes.

Comunidade e solidariedade são ambos valores porque possuem uma conexão com a ideia de uma vida plena e por causa de seu papel na construção da igualdade e da democracia. O que por vezes é referido como uma visão “comunitária” do que é uma boa sociedade acaba

ênfatizando a importância dos laços sociais e da reciprocidade em prol do bem-estar humano. Onde o sentimento de comunidade é razoavelmente forte, as pessoas ficam menos vulneráveis, sentem-se acolhidas e acabam tendo um sentimento mais seguro em termos de propósito e sentido para suas vidas. Um forte sentimento de comunidade é uma parte constitutiva da ideia de uma vida plena.

Comunidade/solidariedade é também importante para garantir a igualdade e a democracia. É mais fácil aceitar que todos, dentro de um mesmo espaço social, devem ter igual acesso às condições necessárias para uma vida plena quando sentimos preocupação e obrigação moral com o bem-estar deles. É por isso que, no interior das famílias, o princípio de distribuição, no que diz respeito às crianças, costuma se relacionar com a frase “a cada um de acordo com suas necessidades”. E quanto mais forte esse sentimento de comunidade em unidades políticas maiores, melhores são as chances de se obter políticas públicas mais igualitárias, estáveis e redistributivas. Da mesma forma, o valor da democracia tem mais chance de se realizar dentro de unidades políticas nas quais há um forte senso de comunidade. A democracia política pode de fato existir em um mundo social no qual as pessoas não sintam qualquer preocupação com o bem-estar dos seus companheiros e em que a política é organizada inteiramente por grupos de interesses diversos. Mas a qualidade de tal democracia tende a ser pequena, com pouquíssimo espaço para uma deliberação pública mais séria sobre bem comum e pela busca de consensos mais amplos.

Porém, há um lado sombrio nessa lógica do valor comunidade/solidariedade. Um forte sentimento de comunidade pode acabar definindo, de forma rígida, quem nós somos e quem são os outros. Isso pode gerar valores igualitários para aqueles que fazem parte do primeiro grupo, mas também servir como apoio para a exclusão do segundo. O nacionalismo é um bom exemplo. A solidariedade

pode aumentar a capacidade de lutas coletivas tanto de uma Ku Klux Klan quanto de movimentos pelos direitos civis. Os valores positivos associados à ideia de comunidade – o cuidado e as obrigações de uns com os outros – podem também gerar normas sociais de conformidade e submissão perante a autoridade e cancelar relações opressivas e autoritárias dentro de certos grupos sociais (e não apenas contra os que estão fora do grupo). Assim, comunidade e solidariedade podem obstruir ou promover a democracia e a ideia de uma vida plena. Portanto, ainda que o valor de comunidade tenha espaço dentre ideais emancipatórios, isso vai depender de quão articulado está com os valores de igualdade e democracia.

Os valores igualdade/justiça, democracia/liberdade e comunidade/solidariedade são relevantes para que possamos avaliar qualquer instituição ou estrutura social. Famílias, comunidades, religiões, escolas e Estados, bem como sistemas econômicos, todos podem ser analisados por meio desses termos para que possamos entender se eles obstruem a realização desses valores. Da mesma forma, ao pensarmos em alternativas, devemos julgá-las com base nesses valores. O próximo capítulo irá examinar de que forma o capitalismo se dá diante desses termos.